Economia

AUXÍLIO EMERGENCIAL Trabalhador que teve seu cadastro do pedido inconclusivo ou não aprovado vai ter que refazer o procedimento

Nova chance a 13,6 milhões de informais

BRASÍLIA – Um universo de 13,6 milhões de informais terá de refazer o cadastro no aplicativo ou site da Caixa Econômica Federal para receber o auxílio emergencial de R$ 600. Ao analisar em torno 40 milhões de inscrições realizadas no sistema do banco, a Dataprev não conseguiu identificar se esses trabalhadores têm direito ao benefício. Outros 20,27 milhões foram considerados elegíveis e 6,97 milhões, inelegíveis. Ao todo, foram finalizados no sistema 49,2 milhões de cadastros até ontem. Desse total, 46 milhões já foram repassados à Dataprev para cruzamento de dados e autorização do pagamento.

Quando o pedido é inconclusivo, o interessado precisa fazer nova solicitação para corrigir dados informados anteriormente. Entre os motivos para esse tipo de resultado estão: marcação como chefe de família sem indicação de nenhum membro; falta da informação sobre o sexo; preenchimento incorreto de dados de membros da família, tais como CPF e data de nascimento; divergência de cadastramento entre integrantes da mesma família e inclusão de pessoa já morta.

Se o resultado for "benefício não aprovado", o trabalhador poderá contestar o motivo da não aprovação ou realizar nova solicitação. Para ter direito ao auxílio emergencial, ele não pode receber outro benefício do governo, ter renda mensal de até meio salário mínimo (R$ 522,50) ou renda familiar de até três mínimos (R$ 3.135).

A Caixa já pagou o auxílio emergencial para 46,2 milhões de pessoas, num total de R$ 32,8 bilhões. São 17,3 milhões beneficiários do Bolsa Família, 10,5 milhões são trabalhadores já inscritos no Cadastro Único e 18,4 milhões são informais que fizeram o pedido no aplicativo e no site da Caixa.

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

ATIVO	NOTAS	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.125.014	6.672.509
Créditos a Receber	5	14.873.855	19.231.249
Convênios SES a Receber	5	106.110.520	124.389.729
Adiantamentos	5	1.643.678	1.625.240
Impostos a Recuperar	6	208.127	825.480
Estoques	7	3.464.218	1.790.729
Estoque de Terceiros	7	6.442.796	0
Despesas Antecipadas		116.097	36.726
		141.984.306	154.571.661
Não Circulante			
Realizavel a longo prazo	8	1.077.588	455.538
Restituições Tributárias	8	5.302.909	0
Convênios SES a Receber LP	5	59.877.920	150.479.335
Imobilizado (-) Depreciação acumulada	9	51.552.473	52.728.973
Imobilizado em andamento		795.101	0
Intangível (-) Amortização acumulada		8.284	8.284
Imobilizado (-) Deprec acumulada Terceiros	9.1	874.268	541.294
		119.488.542	204.213.424
TOTAL		261.472.848	358.785.085

PASSIVO	NOTAS	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	10	6.667.986	6.780.373
Emprestimos e Financiamentos	11	4.049.712	4.149.460
Obrigações Trabalhistas	12	5.215.062	5.063.616
Provisões	13	8.900.000	8.592.237
Obrigações Sociais	14	3.889.909	4.868.950
Obrigações Fiscais	15	1.677.197	2.380.884
Outras Obrigações	16	4.531.854	4.117.841
Convênio SES a Realizar	17	106.110.520	124.389.729
Obrigações Bancárias	11	72.610	274.456
Estoque de Terceiros a distribuir		6.442.796	0
		147.557.646	160.617.545
Não Circulante			
Emprestimos e Financiamentos	11	15.849.969	14.527.676
Convênio SES a Realizar LP	17	59.877.920	150.479.335
Outras Contas a Pagar	16	35.685	294.024
Obrigações Fiscais LP	15	57.389	95.147
Obrigações Sociais LP	14	8.982	1.087.760
Provisões LP	13	0	167.141
Subvenção para Aquisição de Bens		908.800	0
Bens de Terceiros (-) Depr Acumulada	9.1	874.268	541.294
		77.613.013	167.192.377
Patrimônio Liquido	20		
Patrimônio Social		24.021	24.021
Ajuste de Valor Patrimonial		49.729.754	49.729.754
Déficit/Superávit Acumulados		-13.451.584	-18.778.612
		36.302.190	30.975.163
TOTAL		261.472.848	358.785.085

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	NOTAS	2019	2018
RECEITAS	21	162.491.238	158.309.713
Receitas sem Restrição		56.295.630	53.915.572
Receitas Com Restrição		106.195.608	104.394.141
(-) CUSTOS DIRETOS	22	-137.692.380	-133.701.798
(-) Custos Diretos sem Restrição		-47.127.951	-43.430.985
(-) Custos Diretos com Restrição		-90.564.429	-90.270.813
LUCRO BRUTO		24.798.858	24.607.915
DESPESAS OPERACIONAIS		-24.036.091	-20.993.763
Despesas Administrativas	23	-23.733.087	-20.452.034
Despesas com Vendas		-30.144	-4.254
Despesas Tributárias		-152.743	-423.908
Trabalho Voluntário		-90.117	-113.536
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		7.651.556	955.455
Receitas Diversas	24	7.651.556	955.455
Contr. Previdenciária-Decreto 8.242	18	24.214.360	22.825.516
Contr. Previdenciária-Decreto 8.242	18	-24.214.360	-22.825.516
RESULTADO OPERACIONAL		8.414.323	4.569.607
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		-3.906.035	-3.953.085
Receitas Financeiras		307.095	1.150.947
Despesas Financeiras		-4.213.130	-5.104.032
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		4.508.288	616.522

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO	Patrimônio Social	Ajuste de Valor Patrimonial	Resultado do Período Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.021	49.729.754	-20.236.390	29.517.384
Ajustes de Exercícios Anteriores			841.256	841.256
Superávit do Exercício			616.522	616.522
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.021	49.729.754	-18.778.612	30.975.162
Ajustes de Exercícios Anteriores			818.739	818.739
Superávit do Exercício			4.508.288	4.508.288
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.021	49.729.754	-13.451.584	36.302.190

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2019	2018
Atividades Operacionais		
Ajuste para reconciliação do lucro liquido		
Déficit/Superávit do Exercício	4.508.288	616.522
Ajustes de exercícios anteriores	818.739	841.256
	5.327.027	1.457.778
(Aumento) diminuição de Ativos		
Créditos a Receber	22.618.164	-129.120.423
Impostos a Recuperar	617.353	31.856
Estoques	-5.116.284	-60.765
Despesas Antecipadas	-79.371	75.552
Realizável	84.676.457	-150.477.585
	99.716.317	-279.551.365
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	-112.387	-183.068
Obrigações Trabalhistas	151.446	167.011
Provisões	140.622	89.455
Obrigações Sociais	-2.057.819	476.170
Obrigações Fiscais	-741.445	-387.462
Outras Obrigações	-101.242.226	275.884.829
	-103.861.810	276.046.936
Total das Atividades Operacionais	1.181.535	-2.046.652
Atividades de Investimentos		
Adições/Baixas do Imobilizado (Liquido)	381.399	590.934
Adições/Baixas do Imobilizado Terceiros (Liquido)	-332.974	-541.294
Adições/Baixas do Intangível (Liquido)	0	0
Total das Atividades de Investimentos	48.425	49.641
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	1.222.546	-2.323.952
Total das Atividades de Investimentos	1.222.546	-2.323.952
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	2.452.506	-4.320.963
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	6.672.509	10.993.471
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	9.125.014	6.672.509
Variação no Caixa e Equivalentes	2.452.506	-4.320.963

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA** é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante a área de Saúde, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital Maria Lucinda (HML), bem como outros hospitais e unidades afins. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 19/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei nº 15.309 de 05/12/1990.
Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida o conselho curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

O Contrato de Gestão para administração da UPA Caxangá terminará em abril de 2021. A SES – Secretaria de Estado de Saúde, abriu processo de licitação para escolha da nova administradora. A Fundação Manoel da Silva Almeida, entrou no processo licitatório e esperar continuar com a gestão da UPA.
Até a data de emissão das demonstrações contábeis o resultado do processo licitatório era desconhecido. Devido a esse fato, não foi possível determinar os efeitos que sertão causados caso a Fundação Manoel da Silva Almeida não tenha o contrato renovado.

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade
Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.
As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação
Moeda Funcional
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.
Uso de Estimativas
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

b) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, fitevs, gêneros alimentícios, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.

c) Créditos a Receber – Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.

d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

e) Fornecedores – São, inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

f) Empréstimos e Financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.

g) Receitas e Despesas – O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método de taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

l) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;

m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis competíveis.

n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.

o) Tributação – A Fundação é imune de impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, fornecendo também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

q) Os valores financeiros dos bens integrantes do Ativo Imobilizado do Hospital Regional de Palmares e do Hospital Ermírio Coutinho, não estão sendo demonstrados na contabilidade, devido ao fato que os transfers para remuneração do valor não foram disponibilizados pela SES - Secretaria de Estado de Saúde até a data do encerramento dessas demonstrações contábeis. Para o registro Contábil do Ativo Imobilizado se faz necessário que a SES, encaminhe relação analítica com o valor de mercado desses bens. A administração da Fundação Manoel da Silva Almeida, possui controles internos eficazes para a proteção desses ativos, bem como, zela por todo o patrimônio em obediência aos princípios e fundamentos da Administração Pública.

r) A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma.

4.CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2019	2018
Fundo Fixo	17.500	18.700
Caixa	0	450
Banco Conta Movimento	4.405.029	513.339
Aplicações Financeiras	4.702.485	6.140.020
TOTAIS	**9.125.014**	**6.672.509**

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5.CRÉDITOS A RECEBER, ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

	2019	2018
Créditos de Convênios	1.739.848	1.582.578
Créditos de Pacientes SUS	1.090.312	1.073.529
Créditos c/ Hemodiálise	1.242.574	1.144.450
Créditos c/ pacientes UTI	1.396.060	973.016
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA Caxangá (*)	1.622.079	2.587.199
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA Nv Descoberta (*)	1.342.760	1.582.539
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	2.833.493	5.992.266
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	2.105.745	2.921.328
Outras	1.500.983	1.374.342
TOTAIS	**14.873.855**	**19.231.249**

	2019	2018
Adiantamento de Ordenados	48.855	288.980
Adiantamento de Férias	421.324	339.921
Adiantamento de Tratamento Odontologico	0	34.293
Adiantamento do 13º salário	1.868	1.826
Adiantamento de Fornecedores	1.171.632	960.218
TOTAIS	**1.643.678**	**1.625.240**

(*) Durante o exercício de 2019 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, onde acumuladamente excederam em R$ 2.833.493 R$ 2.105.745 R$ 1.622.079 e R$ 1.342.760, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.
Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) item 17 e 27(d), para registrar valores que poderão vir a ser restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição.

Convênios SES:
Os valores individualizados a receber em 31 de dezembro de 2019 de cada um dos contratos de gestão ou convênios com órgãos públicos encontram-se apresentados de forma analítica na tabela abaixo:

	2019	2018
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	5.153.431	19.239.772
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	23.044.626	24.481.156
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	19.466.851	20.078.212
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	58.445.612	60.590.589
TOTAIS	**106.110.520**	**124.389.729**

LONGO PRAZO	2019	2018
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	40.069.644	88.153.217
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	19.808.276	41.417.304
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	0	4.419.710
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	0	16.489.104
TOTAIS	**59.877.920**	**150.479.335**

A Contabilização dos recursos públicos oriundos de Convênios e Contratos de Gestão seguem, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).
De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos destes Convênios e Contratos de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não prevevem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.
A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão de convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar de longo prazo, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Convênios SES a receber - (Ativo Circulante e não Circulante) e Convênios SES a realizar (Passivo Circulante e não circulante).

6.IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
ISS a Recuperar	23.321	20.281
IRRF a Recuperar	93.958	485.577
INSS a Recuperar	58.493	151.748
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	6.035	30.213
PIS a Recuperar	24.634	24.634
FGTS a Recuperar	1.686	113.030
TOTAIS	**208.127**	**825.480**

7.ESTOQUES

	2019	2018
Drogas e Medicamentos	843.610	599.020
Materiais de uso do paciente	726.355	565.962
Gêneros Alimentícios	92.756	71.384
Produtos de Lavanderia	23.148	16.714
Produtos de Limpeza	41.204	32.202
Materiais de manutenção	91.682	56.078
Impressos e materiais didáticos	105.578	103.102
Materiais de laboratórios	60	28
Empréstimos Materiais Hospitalares	143.486	138.942
Materiais de Natureza Permanente	1.395.620	206.547
Combustíveis	450	308
Ortese e Prótese	269	442
TOTAIS	**3.464.218**	**1.790.729**

Estoque de Terceiros	6.442.796	0
TOTAIS	**6.442.796**	**0**

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.
Estoques de Terceiros: Referem-se a medicamentos de alto custo utilizados para o tratamento de doenças raras. Esses medicamentos foram adquiridos pelo Ministério da Saúde e estão sobre a guarda do Hospital Maria Lucinda para serem administrados aos respectivos pacientes.
A realização desse Estoque não acarreta custos para Hospital.

8.REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2019	2018
Deposito Judicial	491.903	101.514
Outras Contas A Receber – HML	35.685	46.144
Outras Contas A Receber – UPA Caxangá	0	40
Outras Contas A Receber – UPA Nova Descoberta	0	247.841
Subvenção para Aquisição de Bens a Receber	550.000	0
TOTAIS	**1.077.588**	**455.538**

Restituições Tributárias	5.302.909	0
TOTAIS	**5.302.909**	**0**

Outras Contas a Receber refere-se a valores/créditos a receber dos contratos de gestão administrados pela Fundação.
Restituições Tributárias – PIS:Trata-se do registro contábil conforme Processo: 0801838-36.2016.4.05.8300, onde a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, por seu Procurador, reconheceu o direito à restituição tributária, em cumprimento da sentença proferida, do valor de R$ 3.509.476,43 (valor histórico), decorrente dos pagamentos indevidos realizados a partir de 14/03/2011 ("quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda"). Os valores a serem restituídos, atualizados pela SELIC, conforme determina a sentença exequenda, da data em que recolhidos até 23/02/2019, data do pedido de cumprimento de sentença, são de R$ 5.302.909,02.

9.IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

CONTAS	TX%	2019			2018
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	4%	10.689.905	2.051.527	8.638.397	9.065.994
Benfeitorias	4%	17.028	3.406	13.622	14.304
Terrenos		38.564.893	0	38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	10%	3.937.643	2.721.834	1.215.809	1.609.573
Instrumentos de medicina e cirurgia	10%	969.861	666.836	303.025	400.011
Equipamentos de proc. de dados	20%	212.376	176.081	36.194	57.071
Móveis e Utensílios	10%	1.243.909	632.050	611.929	719.271
Veículos	20%	564.195	385.574	178.619	55.520
Equipamentos de fisioterapia	10%	17.199	12.048	5.150	6.870
Equipamentos de comunicação	10%	2.660	1.196	1.464	1.730
Máquinas e Equipamentos	10%	3.438.898	1.455.520	1.983.378	2.231.737
TOTAIS		**59.650.553**	**8.106.080**	**51.552.473**	**52.728.973**

9.1 IMOBILIZADO DE TERCEIROS

CONTAS	TX%	2019			2018
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Equipamentos de proc. de dados	20%	126.776	28.851	97.925	48.957
Móveis e Utensílios	10%	332.608	52.236	340.371	211.406
Máquinas e Equipamentos	10%	504.823	68.851	435.971	280.929
TOTAIS		**1.024.206**	**149.938**	**874.268**	**541.293**

O imobilizado de uso das unidades gerenciadas pela Fundação através de Contratos de Gestão é composto por bens de terceiros, adquiridos com recursos destes contratos e convênios que no término da vigência contratual são devolvidos para o órgão parte da parceria. Após realização de inventário do ativo imobilizado realizado pela SEAF – Secretaria Executiva de Administração e Finanças, foram reconhecidos os valores do Ativo Imobilizado da Unidade UPA Caxangá em 2016 e da Unidade UPA Nova Descoberta em 2019.

10.FORNECEDORES

	2019	2018
Fornecedores de materiais e medicamentos	2.818.312	2.200.305
Fornecedores de serviços médicos – PJ	1.357.801	890.974
Fornecedores de serviços diversos	2.189.397	2.701.666
Fornecedores de serviços médicos – PF	272.477	987.429
TOTAIS	**6.667.986**	**6.780.373**

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11.EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Economica Federal	3.726.417	22.881.203	5.821.409	27.281.700
Santander	1.327.947	5.865.097	0	0
Grandes Armazéns do Recife	1.800.000	0	1.800.000	0
Outros	23.721	0	20.461	0
Encargos Financeiros a Vencer	(2.806.661)	(12.896.331)	(3.271.949)	(12.754.025)
TOTAIS	**4.073.433**	**15.849.969**	**4.169.920**	**14.527.676**

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas. Em 07/12/2016 a Fundação contratou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal com taxa de juros de 1,75 % a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 114 parcelas mensais. Em 23/04/2019 a Fundação contratou um empréstimo junto ao Banco Santander com taxa de juros de 1,2 % a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 66 parcelas mensais. Ambos os contratos preveem como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

12.OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2019	2018
Ordenados a Pagar	5.115.356	4.999.921
Rescisões a Pagar	35.468	11.384
Seguro de Vida a Pagar	1.958	7.101
Pensão Alimentícia a Pagar	11.145	7.905
Plano de Saúde- Ideal	0	1.451
Férias a Pagar	573	3.448
Plano de Saúde- Hapvida	42.145	30.899
13º Salario a pagar	1.507	1.507
Processo Judicial Civil	6.911	0
TOTAIS	**5.215.062**	**5.063.616**

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço.

13.PROVISÕES

	2019	2018
Provisões de Férias	7.955.802	7.696.173
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	308.862	291.736
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	635.337	614.329
TOTAIS	**8.900.000**	**8.592.237**

LONGO PRAZO	2019	2018
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	0	68.127
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	0	99.013
TOTAIS	**0**	**167.141**

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de valores com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

14.OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2019	2018
FGTS a Recolher	672.057	742.005
FGTS a Recolher (Parcelamento)	2.213.501	2.307.986
FGTS Passivo	81.410	87.968
INSS a Recolher	672.147	1.244.413
PIS a Recolher	0	2.653
Pis (Parcelamento)	0	20.728
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	226.092	353.770
INSS Parcelamento	20.414	84.636
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	4.287	24.791
TOTAIS	**3.889.909**	**4.868.950**

LONGO PRAZO	2019	2018
INSS a Recolher (Parcelamento) LP	7.423	29.693
PIS a Recolher LP	0	1.051.831
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento) LP	1.559	6.236
TOTAIS	**8.982**	**1.087.760**

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R$ 4.571.165,30, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013.

15.OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2019	2018
ISS na Fonte a Recolher	244.934	359.603
IRRF a Recolher	1.325.815	1.766.337
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	72.014	152.682
Juros a Pagar	0	3.462
Multas a Pagar	0	11.791
Parcelamento de Impostos	34.433	87.009
TOTAIS	**1.677.197**	**2.380.884**

LONGO PRAZO	2019	2018
Parcelamento de Impostos LP	57.389	95.147
**TOTAIS